



Foto: Arquivo pessoal

FLORIANÓPOLIS/SC

Rodas de conversa dos farmacêuticos atuantes no SUS com a Comissão Assessora de Assistência Farmacêutica Pública do CRF/SC

CARACTERIZAÇÃO

O estado de Santa Catarina possui 295 municípios, sendo estimada uma população de 6.819.190 habitantes no ano de 2015.

Dados de 2015 indicam o cadastro de 425 farmácias públicas no estado.

PERFIL

Em 2009, a estrutura dos hospitais abrangia uma rede de 4 470 estabelecimentos, os quais contavam com 15 557 leitos, atendidos, em 2010, por 33 788 médicos, 4 420 enfermeiros e 6 824 auxiliares de enfermagem. Órgãos federais com prestação de serviços no estado: Departamento Nacional de Endemias Rurais (educação sanitária, atividades de saneamento básico, campanhas de vacinação contra a ancilostomose, doença de Chagas, febre

amarela, filariose, malária e tracoma), Serviço Nacional de Doenças Mentais, Serviço Nacional da Lepra e Serviço Nacional de Tuberculose. Em 2005, 79,1% da população catarinense possuía acesso à rede de água, ao passo que 82,6% eram beneficiados pela rede de esgoto sanitário.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2008, 76,6% da população catarinense avalia sua saúde como boa ou muito boa; 67,4% da população realiza consulta médica periodicamente; 48,0% dos habitantes consultam o dentista regularmente e 6,9% da população esteve internado em leito hospitalar nos últimos doze meses. 35,2% dos habitantes declararam ter alguma doença crônica e apenas 28,5% tinham plano de saúde. Outro dado significativo é o fato de 71,9% dos habitantes declararem necessitar sempre do Programa Unidade de Saúde da Família – PUSF.

Na questão da saúde feminina, 42,5% das mulheres com mais de 40 anos fizeram exame clínico das mamas nos últimos doze meses; 51,9% das mulheres entre 50 e 69 anos fizeram exame de mamografia nos últimos dois anos; e 83,4% das mulheres entre 25 e 59 anos fizeram exame preventivo para câncer do colo do útero nos últimos três anos.

O Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina (CRF/SC) organiza suas atividades no Estado em sete seccionais: Sede Regional, Seccional Oeste, Seccional Sul, Seccional Norte, Seccional Serrana, Seccional Vale do Itajaí e Seccional Meio Oeste.

Estruturação da rede de saúde

Os municípios do estado passaram, nos últimos anos, a regularizar a inscrição dos estabelecimentos e dos profissionais farmacêuticos junto ao CRF/SC. O CRF/SC, em parceria com o Sindicato dos Farmacêuticos de Santa Catarina (SindFar/SC), passou a visitar com maior intensidade as secretarias municipais de saúde e firmou convênio com o Ministério Público e a vigilância sanitária estadual com o propósito de intensificar a fiscalização e regularização das unidades de saúde dos municípios e, em 2013, chegamos à marca de 292 (dos 295) municípios catarinenses com estabelecimentos registrados no CRF/SC.

Em 2010, foi criada a Comissão Assessora de Assistência Farmacêutica Pública (COMSUS), com a missão de promover e desenvolver ações que visassem a defesa da saúde pública e a valorização

do farmacêutico na assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

A COMSUS publicou, no ano de 2014, a 2ª edição revisada da cartilha “O farmacêutico faz a diferença no SUS: orientações aos gestores”. O material foi amplamente distribuído no estado, inclusive para o Ministério Público, e apresenta um conjunto de evidências a respeito dos benefícios sanitários e econômicos para o usuário e para a instituição de saúde com a organização dos serviços farmacêuticos, ou resultados negativos na falta destes serviços.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Entre as diversas atividades promovidas pelos membros da COMSUS, a partir de 2014, está a realização de rodas de conversa com farmacêuticos do Sistema Único de Saúde (SUS) em diversos municípios do estado.

As rodas de conversa, realizadas em conjunto com a diretoria do CRF-SC, representam uma estratégia pensada para aproximar a COMSUS e o próprio CRF-SC dos farmacêuticos que atuam em saúde pública. As rodas têm também por objetivo divulgar as atividades da COMSUS e fomentar uma rede de contatos entre os farmacêuticos catarinenses atuantes no SUS.

No período compreendido entre agosto de 2014 e junho de 2017, foram realizadas 14 rodas de conversa, contando com 463 participantes, sendo:

Data	Local	Número de participantes
08/2014	Blumenau	32
09/2014	Caçador	38
11/2014	Florianópolis	24
03/2015	Lages	29
04/2015	Chapecó	45
05/2015	Joinville	42
06/2015	Criciúma	41
08/2015	Concórdia	36
09/2016	Joinville	43
09/2016	Rio do Sul	16
10/2016	Itajaí	12
11/2016	Chapecó	35
11/2016	São Miguel do Oeste	24
05/2017	Tubarão	46

Para iniciar a roda de conversa realizava-se uma apresentação das atividades desenvolvidas pela COMSUS e dos membros integrantes e uma breve apresentação dos participantes. Participaram farmacêuticos das esferas municipal e estadual que atuam como gestores; integrantes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); atuantes em unidades de saúde; Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); policlínica; hospitais; Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF); regionais de saúde e vigilância sanitária. Participaram, também, estudantes do curso de Farmácia, secretários de saúde, e outros profissionais da saúde.

METODOLOGIA

Para organizar os assuntos a serem abordados na roda de conversa, os farmacêuticos de cada seccional onde o evento seria realizado foram convidados a responder um questionário *on-line* onde indicavam assuntos de interesse (itens elencados contemplando os diferentes aspectos da assistência farmacêutica no SUS) e quais ações poderiam ser desenvolvidas pela COMSUS em relação ao trabalho do farmacêutico no SUS.

Foram analisadas, também, as fichas de verificação do exercício ético profissional na farmácia de unidades de saúde oriundas da fiscalização nos municípios abrangidos pela seccional. As fichas forneceram informações sobre as condições estruturais e legais da farmácia, serviços farmacêuticos realizados, medicamentos dispensados e sobre a atuação do farmacêutico. A ficha foi elaborada pela COMSUS e foi revisada em 2016, a fim de fornecer melhores subsídios para a fiscalização e para a obtenção de dados para um panorama da assistência farmacêutica pública em Santa Catarina.

Contando com ampla divulgação nas redes sociais, portal do CRF e boletim informativo, os farmacêuticos atuantes no SUS foram sensibilizados a participar. Todos os farmacêuticos com responsabilidade técnica inscritos no CRF-SC da Seccional onde a Roda de Conversa foi realizada receberam e-mail com o convite e, em algumas situações, o secretário da comissão realizou contato telefônico.

A proposta de roda de conversa foi a estratégia metodológica adotada para permitir a participa-

ção de todos, entendendo que podem contribuir na resolução das dúvidas ou problemas relatados pelos outros farmacêuticos. Coube ao mediador da atividade o papel de uma aprendizagem que priorizava a bagagem de conhecimento trazido pelos participantes. A literatura aponta a roda de conversa como um instrumento eficaz para o estabelecimento de um espaço de diálogo e interação (MELO, CRUZ, 2014; SAMPAIO *et al.*, 2014; MOURA, LIMA, 2014).

Descrição dos impactos gerados com esta experiência

Dentre os diversos assuntos abordados nestas rodas, destacamos alguns na sequência. Os temas discutidos eram diversos e oriundos dos questionamentos e dúvida dos farmacêuticos presentes nas rodas.

Muitos farmacêuticos relataram a ausência de uma relação municipal de medicamentos (Remume). Alguns relataram a existência de uma lista norteadora para aquisição dos medicamentos, sem a devida análise da Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT), ou seja, não baseada em evidências. Relatos de farmacêuticos indicam que listas chegam a ter aproximadamente 500 itens, que incluem diversidade de itens de mesma classe farmacológica, associação de medicamentos, medicamentos não padronizados na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), o que encarece o montante aplicado pelo município na aquisição dos medicamentos, e por vezes, não oferece a melhor opção terapêutica para o usuário. É notória, também, a influência de gestores e profissionais de saúde na seleção de medicamentos, em especial nos municípios de pequeno porte. As discussões nas rodas possibilitaram a troca de experiência de como organizar melhor a seleção de medicamentos e a criação com o adequado funcionamento de uma CFT.

Em contrapartida a esse cenário, muitos municípios estão se organizando e constituindo câmaras técnicas de assistência Farmacêutica. Atualmente, o estado conta com oito câmaras técnicas de assistência farmacêutica, algumas já regulamentadas e outras não. São diversos os objetivos das câmaras,

entre eles: a troca de experiência entre os municípios, a constituição de um consórcio para aquisição de medicamentos, a criação de uma Relação de Medicamentos regional, entre outros.

O tema aquisição de medicamentos por consórcio foi predominante em praticamente todas as rodas realizadas, originando diversos questionamentos, que envolviam desde a criação da lista, a programação das quantidades a serem adquiridas, a forma de pagamento até a organização para atendimentos das solicitações dos municípios. Observou-se que a compra por meio de consórcio é vantajosa para os municípios, e que muitos municípios mantêm uma forma mista de compra, por consórcio e por compra direta, a fim de aproveitar o melhor preço e condições das duas modalidades.

Foi relatado, ainda, a falta de coesão e ação conjunta da assistência farmacêutica estadual com a municipal. Segundo os farmacêuticos presentes, o estado não possui um papel de organização e fomento da atenção básica, para além das obrigações legais estabelecidas na Portaria nº 1555/13.

Indicou-se a importância de fortalecer a relação da assistência farmacêutica estadual com a municipal, no que se refere ao financiamento e otimização da logística da entrega de medicamentos. Foi proposta pelos farmacêuticos da Região Oeste, Serra e Meio-Oeste a criação de uma central de distribuição que consiga atender aos componentes da assistência farmacêutica (básico, estratégico e especializado) nesta região, dada a distância da capital.

Muitos farmacêuticos demonstram a preocupação da atuação preponderantemente voltada aos serviços técnico-gerenciais, em detrimento aos serviços técnico-assistenciais. Relatam que o comprometimento e exigências burocráticas no gerenciamento da assistência farmacêutica fazem com que o farmacêutico delegue o fornecimento de medicamentos para o técnico de enfermagem ou outro profissional.

Outra preocupação é o crescente aumento de ações de judicialização do fornecimento de medicamentos nos municípios, que implica no aumento dos gastos com a aquisição de medicamentos e demanda muito tempo do profissional com a logística necessária para a compra e fornecimento.

Foram discutidas e esclarecidas dúvidas sobre piso salarial; planos de cargos, carreiras e salários (PCCS); responsabilidade técnica; insalubridade; gratificações; e ações para valorização do profissional farmacêutico no SUS, como os projetos de lei tramitando no Congresso que ampliam direitos.

Merece destaque a situação relatada sobre a atuação no Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF). Em muitos municípios, o NASF foi a possibilidade encontrada pelo gestor para a contratação do farmacêutico, dado o subsídio do governo federal. No entanto, ao encontrar a gestão da assistência farmacêutica no município desestruturada, este profissional não consegue atuar junto às equipes de saúde da família para ações de matriciamento, educação em saúde e atendimento dos usuários. É reconhecida a necessidade de ampliação do quadro de profissionais da assistência farmacêutica para o adequado desenvolvimento das atividades, e que as ações clínicas devem ser amparadas por uma gestão de qualidade que proporcione o acesso e uso racional dos medicamentos.

Foi discutida a importância da inserção e ampliação da participação do farmacêutico nos conselhos de saúde. Levantamento realizado em 2015, em evento preparatório para a 15ª Conferência Nacional de Saúde, indicou grande participação nos Conselhos Municipais de Saúde, representando os três segmentos: profissionais de saúde, gestores e usuários. O CRF/SC e o SindFar/SC possuem vaga no pleno de conselheiros no Conselho Estadual de Saúde e em diversos conselhos municipais de saúde.

Coube aos membros da COMSUS a mediação dos temas expostos pelos farmacêuticos e a condução de maneira a permitir que todos os presentes pudessem se expressar e apresentar experiências vivenciadas em relação aos problemas relatados pelos colegas, permitindo assim a troca de informações.

Próximos passos, desafios e necessidades

Após a análise das atas e gravações das rodas de conversa, foram apontados alguns encaminhamentos:

Problema/apontamento	Ação a ser desenvolvida	Prazo
Ausência de material de apoio e de informação voltado a atuação do profissional na Assistência Farmacêutica do SUS.	COMSUS elaborará uma cartilha destinada a farmacêuticos que estão iniciando o trabalho no SUS, que contemplará os temas apontados nas Rodas de Conversa.	Início da redação em 2017.
Necessidade de reconhecer as atividades desenvolvidas pelas Câmaras Técnicas de Assistência Farmacêutica atuantes no estado, criar uma rede de contatos e compartilhar experiências, e fomentar a elaboração de novas Câmaras Técnicas, conforme necessidade dos municípios catarinenses.	Organização do I Encontro Catarinense de Câmaras Técnicas de Assistência Farmacêutica.	2018
Fomentar o debate sobre a judicialização da Assistência Farmacêutica envolvendo atores da área pública (farmacêuticos, secretários e procuradores) e os atores da área jurídica (juízes, promotores e advogados).	Organização de oficina sobre judicialização, com base nos apontamentos do trabalho de Caetano e Diehl (2017, dissertação em andamento) sobre o tema em Santa Catarina.	2018
Discutir a organização da Assistência Farmacêutica, por meio de agenda conjunta com gestores municipais, visando a estruturação adequada para o desenvolvimento dos serviços farmacêuticos locais.	Apoio da COMSUS na parceria do CRF/SC com o SindFar/SC.	Em andamento.
	COMSUS está coordenando um diagnóstico da Assistência Farmacêutica no estado, cujo resultado será apresentado ao Ministério Público de Santa Catarina para estabelecimento de ações conjuntas visando o fortalecimento da Assistência Farmacêutica pública.	Início em 2016, em andamento.
	Intensificação das ações do CRF/SC em parceria com o COSEMS/SC, a CIB e a Vigilância em Saúde Estadual, visando a melhor organização dos serviços e a valorização profissional.	2018
Concessão do direito a insalubridade conforme NR 15 e Portaria 3214/1978 e do adicional de Responsabilidade Técnica no serviço público.	Desenvolvimento de ações conjuntas entre o Sindfar/SC, CRF-SC, com apoio da COMSUS e o sindicato dos servidores públicos municipais para encaminhamento de proposta para a concessão do direito de insalubridade e do adicional de responsabilidade técnica no serviço público.	2018

Esses apontamentos nortearam o planejamento das atividades da COMSUS no biênio 2016-2017, onde estão previstas a realização de novas Rodas de Conversa em municípios não contemplados anteriormente.

Será elaborado um instrumento de satisfação a ser preenchido pelos participantes ao final da Roda de Conversa, com o intuito de conhecermos melhor os participantes e identificarmos as falhas e oportunidades de melhoria das ações da COMSUS.

CONCLUSÃO

A experiência das rodas de conversa foi positiva e atingiu os objetivos esperados. Foram espaços privilegiados para o debate e permitiram a aproximação da COMSUS com as diferentes realidades e áreas de atuação dos farmacêuticos catarinenses do SUS. Estabeleceu-se uma rede de contatos entre os farmacêuticos das diversas regiões do estado, o que propicia a continuidade das discussões. Os participantes, ao final das atividades, agradece-

ram a oportunidade de aproximação com o CRF/SC e com os demais farmacêuticos da região e disseram aguardar novas iniciativas como essa.

É com a vivência e discussão dos resultados das Rodas de Conversa realizadas que a COMSUS está planejando as suas ações, visando o fortalecimento da assistência farmacêutica pública em Santa Catarina.

Referências

MELO, M. C. H. de; CRUZ, G. de C. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. *Imagens da Educação*, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

SAMPAIO, J.; SANTOS, G. C.; AGOSTINI, M.; SALVADOR, A. S. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. *Interface (Botucatu)*. 2014; 18 Supl 2:1299-1312.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A REINVENÇÃO DA RODA: RODA DE CONVERSA: UM INSTRUMENTO METODOLÓGICO POSSÍVEL. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

ANEXOS



Municípios onde foram realizadas Rodas de Conversas sobre o SUS com apoio da COMSUS – CRF/SC



Convite divulgado nas redes sociais



Roda de Conversa realizada em Blumenau



Roda de Conversa realizada em Caçador



Roda de Conversa realizada em Lages



Roda de Conversa realizada em Joinville



Parte dos integrantes da Comissão Assessora de Assistência Farmacêutica Pública do CRF/SC

Instituição

Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina – CRF/SC

Autores

Fernanda Manzini
 Hortência Salett Muller Tierling
 Silvana Nair Leite
 Paulo Sérgio Teixeira de Araújo
 Cristiana Ropelatto Caetano
 Jeter Leopoldo Slongo
 Ligia Hoepfner
 Maiké Lia Fadl de Krausser
 Cassia Cunico
 Heloá Klabunde
 Janaina Pravato Vicente Banin
 Pheandro Augusto Rossi Barreto

Contatos

manzinifer@gmail.com
 hortenciacrpsc@gmail.com
 silvana.nair@hotmail.com
 araujo@sindfar.org.br
 cropelatto@gmail.com
 jeter@saude.sc.gov.br
 ligia.hoepfner@gmail.com
 maikelia1@yahoo.com.br
 cassiacunico@yahoo.com.br
 heloklabunde@gmail.com
 janafarmasaude@gmail.com
 pheandrobarreto@gmail.com